

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

[www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 779 - de 14 de janeiro a 18 fevereiro de 2016



**SAIU LEVY,  
AGORA  
TEM QUE SAIR  
O AJUSTE!**

16 dezembro 2015: manifestações contra o golpe e o ajuste fiscal



**ANO COMEÇA COM  
AMEAÇA DE MILHARES  
DE DEMISSÕES**

# “A gente não estava ali para brincadeira”

Ocupação de escolas em São Paulo foi uma lição política diz jovens secundaristas

O Trabalho conversou com duas jovens que participaram de ocupações nas escolas de São Paulo.

Nicolly Cecília, de 14 anos, é estudante e ocupou a E.E. Maria Petronila, na zona sul da capital. E Beatriz Silva, também de 14 anos, era estudante de uma escola em Guarulhos que não ia ser afetada pela reorganização, mas mesmo assim ajudou a organizar a ocupa na E.E. Ilia Zilda.

**O Trabalho – Que balanço vocês fazem do movimento, esperavam que fosse tão forte e iam conseguir fazer o Alckmin recuar? O que houve de problema e quais os acertos das ocupações?**

**Nicolly** – Eu não esperava tanto porque eu ainda não tinha noção sobre a força dos estudantes, eu não tinha experiência com isso. Eu entrei no segundo dia de ocupação, eu estava conhecendo o pessoal ainda, e antes eu não ligava para isso de política, não conhecia os direitos dos estudantes. Então eu não esperava, a gente não tinha esse conhecimento. A política do governo é fazer que a gente seja alienada e não pense, porque seria mais difícil para eles. Eles só querem que a gente siga o sistema. A parte mais difícil do movimento foi a repressão e que mexeu com o psicológico. A gente ficava com medo de os policiais entrarem, principalmente porque a minha escola é do lado de uma base. Essa foi a pior parte. E também o psicológico, a gente ficou lá duas semanas, teve gente que brigou em casa, a mãe expulsou de casa porque estava lá (...) Acho que a melhor parte



Beatriz Silva

foi abrir a cabeça para o que estava acontecendo, ficar sabendo dos nossos direitos.

**Bia** – As ocupações foram na verdade uma resposta para o governo do estado que achava que podia decidir algo equivocado, sem levar em conta os principais prejudicados que eram os alunos. Eu, sinceramente, não esperava essa movimentação tão gigantesca, afinal tomou uma proporção que eu acho que ninguém esperava. Porque foi começando com uma escola, com outra, e de repente já eram 100, 200, era galera que nem ia ter reorganização na escola, mas que estava apoiando também. Então eu acho que foi linda toda essa manifestação e que realmente fez história. O principal problema, no caso da escola que eu participei, foi a pressão de diversos lados. É gente falando que você está fazendo aquilo em vão porque não vai dar em nada



Nicolly Cecília, ao centro, em uma reunião de estudantes

(...), é pressão da comunidade que as vezes não aceita, pressão familiar. Aconteceram várias coisas que podiam ter impedido de ir até o final. Mas não impediu. E os principais acertos, antes mesmo da vitória que foi ter conseguido que a reorganização não acontecesse, para mim foi a união. Mostrar que o estudante é capaz e que a gente estava ali para ir até o final, para botar a cara a tapa e mostrar que a gente não estava para brincadeira. Uma frase que eu pensava durante a ocupação é que eles tentaram nos reorganizar, mas mal sabiam eles que a gente já estava se organizando.

**OT** – Sobre essa questão da reorganização que disse a Bia, o Alckmin recuou, mas já anunciou que vai retomar agora em 2016. O governo também já divulgou que vai tentar organizar eleições de grêmios, ou seja, vai tentar se impor nas entidades dos estudantes. Como vai ser a luta esse ano?

**Bia** – Vai ter sim essa pressão em 2016 e acho que essa ideia deles de reorganizar os grêmios estudantis dentro da escola foi resultado de que alguns grêmios

tomaram a frente de algumas ocupações também, e eles querem voltar a ter o domínio dentro da escola, que eles perderam. Mas o pessoal das ocupações dentro da escola não pode deixar isso acontecer, eles vão ter sim uma certa responsabilidade e um certo peso. Eu acho que nós, estando dentro da escola, vamos idealizar um pouco das metas para 2016, de tudo que a gente quer.

**Nicolly** – É lógico que é uma boa tática a dos grêmios livres, principalmente com os ocupantes. Seria uma boa para a gente levar para a escola o que a gente aprendeu fora e abrir a cabeça do pessoal como eu falei antes. E para manter os estudantes unidos é preciso continuar na luta.

**Bia** – A gente tem que lutar sempre pelo ensino de qualidade, para não ter salas superlotadas, pela melhoria da estrutura. Mas também por coisas fora da escola, como agora a passagem de ônibus. Temos que lutar pelo passe livre, por exemplo. Então tem coisas que a gente tem que lutar dentro e fora para melhorar a questão da educação pública.

## Mobilizações contra o aumento das passagens

Manifestações que ocorrem em várias cidades, foram fortemente reprimidas em SP

O governo do estado São Paulo reprimiu com violência absurda as manifestações organizadas para lutar contra o aumento da passagem de metrô, trens e ônibus. Na segunda manifestação, em 12 de janeiro, a PM sequer deixou que ela ocorresse. Reprimiu já na concentração, com os manifestantes sendo prensados por cordões do choque, enquanto chovia bombas e balas de borracha. E o pior é que Haddad, responsável pelos ônibus, não condenou esse massacre como deveria fazer um prefeito do PT, limitou-se a dizer-se preocupado e pedir a intervenção do Ministério Público.

Toda essa repressão é para tentar minar a resistência contra o aumento de 30 centavos nas passagens. A mo-

bilização também já contou com atos em BH e no Rio. É que o reajuste das passagens acontece ao mesmo tempo em pelo menos 8 capitais e em 23 grandes cidades.

Todo ano é a mesma coisa: pesa para o lado do povo, e os empresários continuam arrecadando. Só que agora a situação está agravada - como efeito do ajuste fiscal, as prefeituras e governos tem menos condições de aumentar o repasse de dinheiro público para as empresas de ônibus, o subsídio (que tira dinheiro dos serviços públicos).

Por isso, ao lado das reivindicações de revogação dos aumentos e de passe livre, tem que estar na ordem do dia a necessidade da criação de empresas públicas de transporte.

## Fim dos “autos de resistência”

Foi publicado no Diário Oficial da União (4/01) a resolução que determina o fim dos autos de resistência e também a investigação de todas as mortes pela ação policial. Movimentos como de familiares de vítimas do Estado, Mães de Maio, etc, veem como uma vitória, pois o auto de resistência é uma licença para matar.

Daqui para frente, “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” não poderão mais ser usadas como “desculpa” para justificar supostos casos de confrontos entre policiais e suspeitos, e será necessário um inquérito policial sempre que a ação de um agente de Estado resultar em lesão corporal ou morte.

Caso os delegados avaliem que os agentes envolvidos utilizaram “mo-

deradamente, dos meios necessários e disponíveis para defender-se ou para resistência”, essas ocorrências serão registradas como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial”, ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”. O processo fica a cargo do Ministério Público Estadual.

Claro que esse não é o fim. Acabar com a “desculpa institucional” do auto de resistência, que possibilitava a impunidade, é um passo importante, mas é necessário a desmilitarização da Polícia Militar, para acabar com essa guerra que é travada com o povo, que é visto como inimigo em potencial.

Leonardo Ladeira

# Abaixo o ajuste fiscal!

O ano de 2015 foi marcado por mobilização das organizações de trabalhadores, populares e da juventude, que culminou no dia 16 de dezembro, com milhares nas ruas contra o golpe e o ajuste fiscal. Convocada pela CUT, MST, UNE, partidos políticos, entre eles o PT, o vigor dessa manifestação, que contou com o apoio de setores do PSOL e outras centrais - combinado ao fracasso das manifestações pró impeachment três dias antes - mostrou onde está a única força capaz de fazer frente aos golpistas, e impôs a demissão do ministro Levy. Parecia que o governo passaria a ouvir e atender a base social que o elegeu, que se mobilizou em 2015 contra as medidas que tiram direitos dos trabalhadores e recursos de serviços públicos e políticas sociais.

Mas, as primeiras declarações do novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, foi um balde de água fria. Repetindo o receituário do ajuste fiscal, "a primeira fala do novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, é semelhante à primeira de Joaquim Levy. Ele falou em reforma da Previdência Social, retirada de direitos da classe trabalhadora, flexibilização da CLT e ajustes", disse em nota o presidente da CUT, Vagner Freitas. De fato, soou como querer anular, no tapetão, o gol marcado a favor das massas trabalhadoras com a queda de Levy.

E, para não ficar dúvida de que o que parecia não correspondia ao fato, a presidente Dilma, fazendo ouvidos moucos às reivindicações da maioria oprimida, para atender ao mercado, tocou o sinal de alarme. Na primeira entrevista do ano, disse: "não é possível que a idade média da aposentadoria das pesso-

as no país seja 55 anos, para mulheres um pouco menos", anunciando sua intenção de "encarar de frente a reforma da previdência".

A questão é outra! Não é possível é que um governo, que só se mantém contra os ataques da direita graças à mobilização dos que o elegeram, insista em governar para os interesses dos mesmo que articulam sua

## O AJUSTE FISCAL INTERESSA AOS GOLPISTAS QUE QUEREM O IMPEACHMENT

queda. No ano de 2015, a política econômica do governo de concessão aos interesses do capital financeiro, serviu para jogar água no moinho dos golpistas ao sacrificar os interesses da maioria nacional, atacando direitos dos trabalhadores e conquistas sociais, para alimentar a rapinagem do capital internacional especulativo. Está certa a CUT em propor uma grande mobilização em Brasília no mês de março. O resultado do ajuste fiscal é que 2016 se inicia com uma situação ainda mais dramática para as famílias trabalhadoras.

Milhares de trabalhadores estão na iminência de verem seus postos de trabalho fechados, como na Usiminas (Cubatão, SP) e na CSN (Volta Redonda, RJ). As montadoras, com a espada sobre a cabeça dos trabalhadores, empurrou-os à redução da jornada de trabalho, com a redução de salários (com o Programa de Proteção do Emprego, PPE), anunciam que serão colocados milhares em lay-off, renunciando novas demissões.

Nos estados e municípios os servidores públicos não recebem salário ou recebem parcelado. A maioria trabalhadora se confronta a serviços públicos cada vez mais incapazes de atender suas necessidades e sofre com a propagação da doença provocada pelo zika vírus, cuja prevenção, erradicando seu transmissor, foi bloqueada com os cortes nos gastos da saúde.

Não possível que no quarto mandato do PT, conquistado a duras penas pela mobilização dos querem avançar nas conquistas sociais, e não o retrocesso, continue a drenagem das riquezas para o bolso dos especuladores, com o superávit fiscal primário para garantir o pagamento dos juros da dívida. Essa sangria tem que acabar.

Toda força deve ser engajada para pôr abaixo o ajuste fiscal. O Diálogo e Ação Petista abre o ano reunindo seus grupos de base, preparando seu encontro nacional em março, para reforçar a luta por mudança da política econômica.

Derrubada dos juros, controle do câmbio, fim do superávit fiscal primário, são medidas para avançar nas reformas necessárias, como a reforma política e a reforma agrária, para proteger a nação e os trabalhadores frente à ofensiva do imperialismo em crise.

Os golpistas voltarão com tudo nesse ano de 2016, no quadro de uma ofensiva geral no continente, cujo ápice é a situação na Venezuela (ver pag. 12).

Só a mobilização da base social que elegeu Dilma pode deter os golpistas. É para essa base social que Dilma tem que governar. Abaixo o ajuste fiscal!

## CAMPANHA FINANCEIRA: 100% REALIZADA!

No final de 2015 encerramos nossa Campanha Financeira com 97% do objetivo arrecadado. Com os resultados que faltam chegar de alguns estados, podemos dizer, foi uma campanha vitoriosa.

Quem não teve oportunidade de contribuir e receber o Calendário 2016 comemorando os 100 anos da 1ª edição do livro "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, de Lênin", ainda temos alguns exemplares que podem ser pedidos a um militante da Corrente O Trabalho.

Esse resultado só foi possível porque centenas de trabalhadores, jovens, militantes do movimento sindical e popular e amigos da 4ª Internacional deram sua contribuição. Durante 3 meses nossos militantes realizaram uma verdadeira batalha, discutindo com todos a importância da contribuição para manter nossa independência financeira, base para nossa independência política. Agradecemos a todos os que contribuíram e saudamos o esforço dos nossos militantes.

Aos que contribuíram convidamos, os que ainda não são, a se tornarem assinantes do jornal O Trabalho, que se sustenta, exclusivamente, pela sua venda manual e assinaturas.



## Memória

### ESTUDANTES LUTAM CONTRA OS AUMENTOS

Uma campanha a nível nacional, com a passagem de um abaixo-assinado entre os estudantes de todo o País, deverá ser iniciada esta semana, através da tendência Liberdade e Luta, para pedir que se realize em março próximo um Congresso da UNE, a fim de unificar as lutas em todo o País contra o aumento das anuidades nas escolas particulares. Uma moção, também solicitando a realização do congresso, já foi aprovada na última reunião do Comando do Boicote, em São Paulo, realizada no sábado, dia 12 de janeiro, na Fundação Getúlio Vargas, e que dirige uma luta que já mobiliza 20 mil estudantes só em São Paulo.

O Trabalho nº 44 - 14/01/1980



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](http://www.facebook.com/jornalotrabalho)

Arte: Mariana Waechter

# Demissões na CSN, em Volta Redonda (RJ)

## Destruição de postos de trabalho vai afetar toda a região

Para a cidade de Volta Redonda e região sul fluminense (RJ) 2016 não começou bem. Em dezembro de 2015, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, privatizada no governo de Itamar Franco), informou o desligamento do alto-forno dois. Como consequência, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, por volta de 3000 trabalhadores diretos seriam demitidos, além dos terceirizados. O número de desempregados atingiria 12.000 pessoas em Volta Redonda, com reflexo em toda a região.

O argumento de Benjamin Steinbruch, um dos homens mais ricos do país, dono da CSN, é que a empresa não vinha lucrando devido à crise econômica e ao preço mais baixo do aço chinês que tem entrado no Brasil. Com a crise no setor automobilístico, a produção e compra do aço não estavam sendo tão lucrativas quanto se esperava.

### Desemprego e retirada de direitos

A direção da CSN não aceita, de forma alguma, a conquista da histó-



Comitê em defesa dos empregos faz panfletagem contra demissões na CSN

rica greve de 1988 - nacionalmente conhecida como o massacre de Volta Redonda, com a morte de três operários - do turno de 6 horas, além de melhorias nas condições de trabalho. Todo ano, com pressão e ameaça de demissões, a CSN tenta impor o turno de 8 horas, e diz que só negocia, seja qual for o assunto, se estiver na pauta do fim do turno de 6 horas.

Os trabalhadores não aceitam abrir mão de direitos conquistados na luta que custou a vida de Carlos Augusto

Barroso, Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes.

A ofensiva da CSN coloca em alerta toda a cidade. Foi criado um Comitê de Defesa ao Emprego, com partidos políticos, sindicatos, igrejas, movimentos sociais e a população de Volta Redonda, para apoiar a luta dos trabalhadores contra as demissões, que já acontecem. Apesar da resistência, em 8 de janeiro, a CSN começou a demitir.

Os trabalhadores querem resistir, mas se sentem desprotegidos pela direção do seu sindicato que, para muitos, "está mais fechada com o patrão". No Comitê, do qual participa o Sindicato dos Metalúrgicos, foi aberto um diálogo pela convocação de assembleia em praça pública, uma assembleia sindical-popular.

É preciso que o sindicato chame a assembleia, para que os trabalhadores possam organizar a luta para defender seus empregos e reverter as demissões já feitas.

### "Dona da cidade"

Na privatização, quando a CSN foi vendida por um preço 30 vezes menor do que valia na época, Benjamin Steinbruch levou 25% do território urbano da cidade, o que deixa Volta Redonda à mercê das vontades desse empresário. Os 3000 trabalhadores que estão sendo ameaçados sabem muito bem como é viver sob a pressão das vontades de Benjamin Steinbruch.

Durante uma panfletagem do Comitê, contra as demissões, no último dia 9, em conversa com alguns operários era visível o desespero dentro da usina, mas, ao mesmo tempo, a vontade de fazer algo para garantir o emprego.

É um momento muito delicado para todos os trabalhadores e para os moradores de Volta Redonda. Mas não é possível recuar um milímetro na luta contra as demissões e a redução dos direitos dos trabalhadores.

Jeffei

## Na Usiminas segue ameaça de demissões

### Empresa mantém processo de fechamento de postos de trabalho

Em novembro a siderúrgica anunciou que iria fechar parte de sua produção. Desde então, a prefeita do PT, Márcia Rosa, liderou uma frente de resistência, construída por 17 entidades, entre centrais sindicais, sindicatos e associações de moradores.

A Usiminas adiou o desligamento dos fornos, previsto para 31 de dezembro. Mas, estranhamente, no dia 1 de janeiro, o Alto Forno 02 teve uma falha na refrigeração que danificou 32 das 33 ventaneiras. Até o dia 8 o forno não tinha voltado a operar.

Em 7 de janeiro, aconteceu mais uma reunião no Ministério Público do Trabalho com as entidades sindicais, onde a Usiminas novamente insistiu nas demissões, afirmando que encerrará a produção de aço no dia 31 desse mês.

Com 4300 empregos diretos e 5500 empregos de terceirizados, gerando ainda dezenas de milhares de postos de trabalho indiretos em Cubatão que tem 127 000 habitantes, o fechamento da Usiminas levaria 40 mil trabalhadores, na região, a perderem seus empregos.

"Os trabalhadores são de nove cidades da Baixada Santista e se deslocam para Cubatão todos os dias para tra-

balhar. A cadeia irá se esfacelar como num efeito dominó, prejudicando o comércio, o transporte e todos os setores que sobrevivem dessa empresa", disse a coordenadora da CUT Baixada Santista, Anuska Schneider.

O presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, que esteve presente em uma mobilização na cidade em novembro, reforçou a luta da Central junto aos trabalhadores. "Queremos uma política de distribuição de renda, de investimento, e não uma política de juros altos, de recessão, com cortes que afetam principalmente a classe trabalhadora". (Site da CUT)

Márcia Rosa participou da reunião do Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista em 18/12. Veja a discussão e iniciativas relatadas na página do DAP.

A situação da Usiminas (com sede em Ipatinga, MG), e na Companhia Siderúrgica Nacional (ver acima), coloca o desafio, em particular para a CUT, de construir uma luta comum dos trabalhadores das indústrias siderúrgicas que, como todas as empresas, querem enfrentar a crise jogando seu preço no lombo dos trabalhadores, com fechamento de postos de trabalho e perda de direitos.

Nilton de Martins

### ÚLTIMA HORA

No fechamento dessa edição, segundo matéria de O Globo, a CSN decidiu suspender o processo de demissão, após negociações com o sindicato. Segundo o Sindicato, até esse dia, 13 de janeiro, 700 trabalhadores já haviam sido demitidos, desde o final da semana passada.

A CSN, além de voltar à jornada de 8 horas, quer introduzir o banco de horas, reduzir a base salarial para licença remunerada e outros benefícios conquistados pelos trabalhadores.

## Montadoras anunciam afastamentos temporários

### No ABC paulista trabalhadores serão colocados em lay-off

A Volkswagen irá colocar mais 1.200 funcionários em lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho, com parte do salário paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT), na planta de São Bernardo. Isso no momento em que começam a voltar ao trabalho outros 1.750 que tinham sido colocados também em lay-off há apenas seis meses atrás. Eles retornam e já são incluídos no PPE (Programa de Proteção ao Emprego) - mecanismo criado pelo governo federal no ano passado que permite ao empregador reduzir em até 30% a carga horária e os salários. Metade do valor suprimido é coberto pelo governo federal.

A General Motors de São Caetano mantém cerca de 2.300 trabalhadores afastados temporariamente. No fim de dezembro, 750 tiveram o lay-off prorrogado para março.

Depois de seguidos recordes de lu-



ros nos últimos dez anos e de mais de seis anos de isenções de impostos concedidos por Dilma, as montadoras seguem reduzindo custos com verbas públicas e com redução dos salários dos trabalhadores (o PPE). Assim o ano começa com prenúncio de novas demissões com a recessão que avança. Além de mudar a política que provoca a recessão, o que o governo precisa fazer é tomar medidas que impeçam as demissões.

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## ENCONTRO NACIONAL EM MARÇO

O Diálogo e Ação Petista (DAP) encerrou o ano com uma reunião do Comitê Nacional em 18/16. Ali foi avaliado o resultado positivo das manifestações de 16 de dezembro “Contra o impeachment, contra o ajuste fiscal e por fora Cunha”. Em vários estados o DAP esteve presente com suas colunas, faixas e cartazes.

Além da discussão da situação política do país, a reunião do Comitê, com a presença da prefeita petista de Cubatão, Márcia Rosa, dedicou grande parte de sua pauta para discutir ameaça da Usiminas na cidade, de colocar milhares de trabalhadores na rua. O Comitê Nacional tirou um comunicado que publicamos abaixo.

### Companheiras e companheiros petistas,

A jornada do último dia 16 de dezembro foi uma demonstração de vigor popular – concentrada na passeata dos 100 mil em São Paulo – nacionalmente protagonizada pela CUT, como uma participação desta vez mais importante do PT, além dos movimentos populares, de juventude e outras forças políticas.

Nada está resolvido, as ameaças (FIESP, mídia, PSDB, boa parte do PMDB) continuam, não se pode confiar no STF, no Senado, enfim, nesse sistema institucional apodrecido. Há obstáculos, inclusive em setores do movimento que temem enfrentar a política econômica de superávit primário, crucial para a mais ampla mobilização necessária.

Mas fato é que se evolui. As condições se reúnem para a “virada”, inclusive um novo curso para o governo. É possível resistir a esta ofensiva da reação e do imperialismo, aliás uma ofensiva à escala continental.



Colunas do DAP, com faixas e cartazes DAP, engrossaram as manifestações de 16 de dezembro

O DAP se integrou plenamente nas manifestações contra o golpe do impeachment, levantando “Quero a Dilma que elegi, Fora Cunha e o ajuste do Levy” que encontrou eco nas ruas em todos os níveis.

É a continuação do esforço ao longo do ano “agindo como o PT agia”, ao lado de outras forças e setores, na luta comum em defesa do povo trabalhador, cujos direitos já atingidos, ficam ainda mais ameaçados por trás deste impeachment. Esta batalha termina o ano fortalecida.

Avançamos no questionamento desta

política econômica antipopular, simbolizada pelo ministro de Levy. Esclarece-se o papel sabotador, verdadeira quinta-coluna da coalizão, do PMDB de Temer e Cunha. O PT, dissociado do senador Delcídio, um aproveitador, tem mais condição de combater contra sua “extinção”, e lutar pela liberdade do tesoureiro Vaccari injustamente preso.

No bojo destas lutas é natural que apareçam as questões urgentes que dão conteúdo social à democracia, como a ameaça do fechamento da Usiminas de

Cubatão, com mais dezenas de milhares de demissões, devida aos mesmos interesses privados e multinacionais que provocaram o desastre de Mariana.

Companheiros e companheiras,

Considerando todos esses elementos, o Comitê do DAP considera oportuno convocar para março próximo (data indicativas 12-13) em São Paulo nosso Encontro Nacional. Uma reunião de delegados autofinanciados com mandato de reuniões prévias, onde a contribuição do nosso “cafezinho” é um critério obrigatório.

Desde já, convidamos todos petistas interessados a conhecer nossa proposta e se associar a este que deve ser o maior encontro do DAP já realizado, firmemente apoiado em uma centena de Grupos e Base que nos damos como desafio construir até lá.

Agir como o PT agia!

Pela emancipação dos trabalhadores!  
São Paulo, 18 de dezembro de 2015

O Comitê Nacional do DAP se reunirá dia 22 de janeiro para ultimar a preparação de nosso encontro de março.

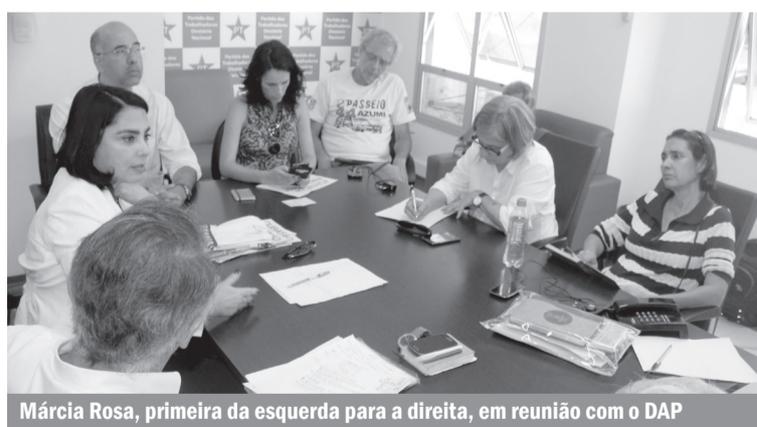
## EM PAUTA: A LUTA EM DEFESA DO EMPREGO

Ameaça de fechamento da Usiminas vai provocar milhares de demissões

A reunião do Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista contou com a presença da companheira Márcia Rosa, prefeita petista de Cubatão (Baixada Santista – SP), acompanhada de membros de seu governo.

Em pauta: a luta para barrar o plano da Usiminas, que pretende fechar setores da produção. De imediato isso significaria o fechamento de 12 mil postos de trabalho, entre trabalhadores diretos da empresa, trabalhadores terceirizados de empresas que prestam serviço à Usiminas e trabalhadores de empresas cuja produção é relacionada à Usiminas, como as cimenteiras. Num efeito dominó (impacto sobre o comércio, transporte, etc.) essa decisão da Usiminas pode provocar a destruição de cerca de 40 mil postos de trabalho na Baixada Santista. “Se fechar a Usiminas, acabou Cubatão”, disse a companheira Márcia Rosa.

Cidade operária, em Cubatão foi fundado o segundo diretório do PT da região. “Nas eleições de 2014, apesar de toda campanha contra mim, saímos para rua e lá o PT ganhou, com 55% dos votos.



Márcia Rosa, primeira da esquerda para a direita, em reunião com o DAP

Com Hortolândia, foram as duas únicas cidades, com mais 100 mil eleitores, onde ganhamos no estado de São Paulo, lembrou Márcia Rosa.

Desde que foi comunicada a decisão da empresa (1/11/2015), Márcia Rosa começou a articular, junto aos sindicatos da região, filiados a diferentes centrais sindicais (CUT, Força e Intersindical), associações, parlamentares e à população, a resistência para barrar o fechamento. Em 11 de novembro, uma mobilização em frente à empresa foi fortemente reprimida pela

Polícia Militar.

Marcia esteve em Brasília para pedir ajuda ao governo federal, e foi recebida pelos ministros Rosseto e Berzoini. Foi realizada uma reunião com os empresários da siderurgia e o governo federal e, segundo ela, a Usiminas não quer discutir nenhuma medida para evitar o fechamento, pois não está mais interessada em explorar o porto que “ganhou de presente” quando a antiga Cosipa foi privatizada. A Usiminas conseguiu licença para aprofundamento do canal, e a empresa VLI (da Vale), faz o aprofundamento com a mesma “técnica” usada em Mariana.

Em 12 de dezembro venceu o alvará provisório de operação pela Usiminas, no canal Piaçaguera e Márcia Rosa decidiu não renovar. Elemento de pressão sobre a Usiminas para impedir o fechamento dos

postos de trabalho, essa decisão da prefeita reflete, também, sua posição de que o porto deveria voltar a ser estatal. “Poderia declarar ali área de interesse público”, para o que ajudaria a não concessão de matrícula para a Usiminas, decisão que compete ao governo federal.

“Usiminas não pode parar. Em defesa do emprego, de Cubatão, da baixada e do Brasil”, é o título do panfleto distribuído em 17 de dezembro, numa mobilização realizada na cidade. “Os trabalhadores querem resistir, a disposição é de manter os empregos,” relatou Márcia Rosa.

O Comitê do DAP decidiu abraçar a luta contra o fechamento da Usiminas em Cubatão em defesa dos empregos e por isso integrou esta luta na pauta de seu encontro nacional, convocado para 12/13 de março de 2016.

De hoje até lá, a companheira Márcia Rosa saiu da reunião certa de que pode contar com o DAP, nessa luta justamente chamada “Em defesa do emprego, de Cubatão, da Baixada e do Brasil.”

# Barbosa: trocando seis por meia dúzia?

Não foi para isso que as manifestações disseram “fora Levy”

Com as mobilizações de dezembro passado que impuseram a queda de Levy, foi nomeado como novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, apresentado como uma alternativa mais branda, à esquerda. “Só que não”. Já em seu discurso de posse, no final do ano passado, reafirmou as políticas de Levy: cortes de gastos públicos para fazer superávit; manutenção de juros altos (que deve subir 0,5% mais uma vez neste mês) e reformas da previdência e trabalhista.

Barbosa, que não é filiado ao PT, foi um “simpatizante do PT na juventude”, tornando-se mais recentemente um palestrante no instituto Lula, trabalhou nos três primeiros governos do PT, e é apresentado como defensor de políticas sociais.

Mas o fato é que Barbosa, já no

Ministério do Planejamento, vinha defendendo, grosso modo, as mesmas políticas de Levy.

Ao assumir seu novo cargo, vangloriou-se de “tudo o que foi feito por nós [ele e Levy]: O maior contingenciamento desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal [por FHC], atingindo R\$ 78,5 bilhões através de revisões [cortes] nos programas Minha Casa, Minha Vida; Ciência sem Fronteira, Pronatec, [...]



Posse do novo ministro, sai Levy, entra Barbosa, falta sair o ajuste fiscal

o FIES, [aumento] na taxa de empréstimo do BNDES...”

Disse que o governo prepara novas concessões - privatizações de fato - ao setor privado para incentivar o investimento.

Ademais reafirmou seu firme compromisso em cumprir com a meta de superávit primário (cortes de verbas

para pagar juros) de R\$30 bilhões – 0,5% do PIB. Mas insiste que, muito além disso, quer avançar nas “reformas estruturais” de longo prazo, para reduzir os gastos [sociais] obrigatórios cujo item principal é a previdência”.

## Previdência

Sobre a reforma da Previdência, Barbosa afirmou que formulará uma proposta que instituirá a idade mínima para aposentadoria. Ele quer enviar tal proposta ao Congresso ainda este ano para ser aprovada no início do ano que vem. Tudo para economizar algumas dezenas bilhões de reais, com o discurso falso dos banqueiros de que a Previdência seria “insustentável”. Quando na verdade ela é superavitária, basta que não se utilize seus recursos para outros fins (como desonerações a empresas) e que se obrigue os sonegadores a pagarem.

Alberto Handfas

## CUT CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Depois de Barbosa, a presidente Dilma também defendeu a reforma da previdência. A CUT, em nota pública, afirmou: “Esse não é o desejo da classe trabalhadora. Pesquisa Vox Populi aponta que 88% são contra a reforma. Apesar disso, fomos surpreendidos com declarações da presidenta Dilma Rousseff sinalizando implantar a idade mínima”.

“A presidenta alega que a mudança na Previdência é necessária porque do jeito que está não se sustenta. Porém, para a CUT, os principais problemas da Previdência são a sonegação, que deve ser duramente combatida, e as isenções fiscais que recaem sobre ela. [...] Reformar a Previdência com a perspectiva de retirar direitos afasta cada vez mais o governo dos trabalhadores e sociedade em geral. Somos contra qualquer medida que retire direitos e este anúncio da presidenta vai à contramão do que defendemos. Em 2016 queremos avançar nas conquistas e não retroceder.”

## SALÁRIO MÍNIMO

O novo Salário Mínimo subiu 11%, atingindo R\$ 880. A alta decorre da regra de recuperação de seu valor iniciada por Lula e continuada por Dilma, que prevê aumento igual a inflação (INPC) mais o crescimento do PIB de 2014 (que foi baixíssimo). Um “aumento” real de R\$0,79, sim 79 centavos, foi motivo de grita geral dos jornalões anunciando o fim do mundo, com empresas falindo e as contas da Previdência explodindo.

Os mesmos que fazem silêncio total sobre o fato de que o déficit público é por conta dos juros da dívida a ser pago a poucos banqueiros, R\$ 511 bi no último ano.

# Corte de verbas ameaça a saúde do povo

A propagação do zika vírus e o ajuste fiscal

Principalmente as famílias trabalhadoras sofrem com a nova doença que encontra no país condições ambientais favoráveis, mas que se propaga também devido aos cortes nos gastos e investimentos na área de saúde, por conta do ajuste fiscal.

A doença causada pelo vírus zika é nova no país, cujo vírus é transmitido pelo mosquito já presente aqui, e que também transmite a dengue e febre chikungunya.

Segundo o Ministério da Saúde, o vírus zika foi identificado no Brasil em abril de 2015, na Bahia, trazido, provavelmente, por algum turista, segundo alguns especialistas, possivelmente durante a maciça vinda de turistas na Copa do Mundo de 2014.

Por transmitir igualmente a dengue, o aparecimento dessa doença e o aumento de ambas, expõe o descompromisso de prevenção, com a negligência ao combate do mosquito transmissor, *Aedes aegypti*

ti, que havia sido erradicado do país na década de 50 do século passado.

O aumento progressivo de casos de dengue, a partir de 2010, é gritante. Segundo o Ministério da Saúde, em 2015 foram registrados 1.587.080 casos, maior número desde o monitoramento datado de 1990! Em 2014 foram 589.107 casos.

Para agravar a situação descobriu-se uma relação da nova doença causada pelo vírus zika com casos de microcefalia (condição neurológica rara em que a cabeça e o cérebro da criança são significativamente menores do que a de outras de mesma idade e sexo), em crianças cujas mães tiveram a doença na gestação.

## Ameaça de epidemia

Até 2 de janeiro o Ministério da Saúde divulgou 3.174 casos suspeitos de microcefalia em recém-nascidos de 684 municípios. O estado de Pernam-

buco, o primeiro a identificar aumento de microcefalia, tem o maior número de casos suspeitos (1.185), 37,33% do total registrado em todo o país. Em seguida, vem a Paraíba (504), Bahia (312), Rio Grande do Norte (169), Sergipe (146), Ceará (134), Alagoas (139), Mato Grosso (123) e Rio de Janeiro (118). Antes, de 2015 a média anual de casos variava entre 100 a 200, segundo o Ministério da Saúde.

A microcefalia pode gerar nas crianças acometidas problemas de alterações motoras, de linguagem e possíveis deficiências intelectuais. Especialistas preveem uma epidemia, com o aumento de casos de microcefalia no primeiro semestre de 2016.

Uma situação crítica para a população que decorre da falta de investimentos em políticas públicas de saúde. Só em 2015, o ano do ajuste fiscal, os cortes na saúde somam cerca de 14 bilhões, com consequência direta no que está acontecendo com essas doenças. Com esses cortes foram

atingidos os agentes de combate a endemias e agentes comunitários, que fazem o combate ao mosquito que transmite a dengue/ chikungunya e zika. Tais cortes atingiram também o fornecimento de insumos como o de larvicidas para matar o mosquito, em estados como Bahia, Rio de Janeiro e Paraíba, e atrasaram todo o setor de pesquisas, deixando a produção da vacina para dengue já existente, porém ainda em fase de teste, não disponível para população.

A realidade é que um grande contingente de famílias de trabalhadores necessitará de cuidados e investimentos de reabilitação. A situação, que já era crítica, se torna insustentável e uma doença que pode ser prevenida, atinge profundamente a tantos. É urgente direcionar as verbas públicas para as políticas públicas necessárias para os trabalhadores, com o fim da política de ajuste fiscal e dos cortes na saúde.

Juliana Salles

# Só uma pausa para o intervalo

## Ofensiva pró-impeachment arrefeceu, mas não vai parar

O engajamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do PSDB, não salvou as manifestações pró-impeachment de 13 de dezembro, um fracasso de público e bilheteria. Obviamente tal fracasso foi escamoteado pela imprensa burguesa, com fotos bem trabalhadas.

Em contraposição, no dia 16 de dezembro, milhares saíram às ruas do país, a chamado da CUT, MST, UNE, partidos políticos, como o PT e setores do PSOL e de outras centrais sindicais, para dizer “não ao golpe”, protestar contra o ajuste fiscal e por fora Cunha.

Bastante discretas, segundo a divulgação da mesma imprensa, essas manifestações provocaram inclusive, uma “pane” no cérebro da Polícia Militar em São Paulo. Na capital, a avenida Paulista tomada por cerca de 100 mil manifestantes, a PM divulgou a presença de 3000! Manipulação

tão descarada obrigou a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a se desmentir. Em nota tentou explicar o inexplicável: “o registro de 3 mil manifestantes refere-se ao início da manifestação, atingindo 50 mil manifestantes no seu ápice, pela contagem da PM.”

O sucesso das manifestações de 16 de dezembro, impactaram o apetite dos que querem o impeachment, e deixou em saia mais justa o presidente da Câmara Eduardo Cunha, o ultrarreacionário deputado do PMDB, que admitira em 2 de dezembro o pedido de impeachment, apresentado pelo PSDB.

### Parou, mas vai continuar

O frenesi dos setores abertamente pró-imperialistas sofreu um impacto, é verdade. E, combinado ao recesso parlamentar, deixa no ar a sensação de que os ânimos golpistas arrefeceram. Marina Silva acaba de aderir ao



Na Paulista, 13 de dezembro, o pato da FIESP ocupa mais espaço que os manifestantes. No dia 16, cerca de 100 mil se manifestam contra o golpe.

impeachment. Nenhuma ilusão. Eles agem sob o comando das mesmas forças que, agora mesmo, tentam na Venezuela criar as condições para fazer recuar as conquistas do povo trabalhador durante os governos chavistas.

Nenhuma ilusão de que virá, de uma boa convivência com o PMDB e das concessões ao mercado, qualquer trégua na marcha ao golpe.

Basta ver o pânico da imprensa burguesa depois das manifestações de dezembro e da queda da Levy, diante do “perigo”, para eles, de que

Dilma ceda à pressão da base social que a elegeu.

É exatamente o que teme a burguesia e o imperialismo, o caminho para barrar de vez a ofensiva golpista. A força das manifestações de 16 de dezembro será redobrada se Dilma “ceder” à base social que a elegeu, vale dizer, se ouvir o que disse essa base nas ruas em 16 de dezembro e a CUT em nota, “quer a Dilma que o povo elegeu”.

Misa Boito

### PSTU: ALIANÇA TÁCITA COM AÉCIO?

Apesar da tensão em dezembro, o PSTU saiu de férias mais cedo, denunciou e não foi a nenhum ato a favor ou contra o golpe do impeachment. Sua direção chamou a “Derrubar Dilma, Cunha, Temer e Aécio nas ruas! Fora todos eles! Eleições já!” (10/12/15).

A estupidez chocante exigiu alguma explicação depois (31/12/2015) de Zé Maria, presidente do partido: “a briga entre governo Dilma e oposição liderada pelo PSDB/PMDB para ver quem governa o país é a briga do roto contra o rasgado. Os dois lados dessa briga são iguais”.

Iguais? Mantenhamos a calma para seguir este “raciocínio”.

Para comprová-lo Zé Maria tortura os fatos: “A CUT, a CTB, o MST, a UNE defendem o governo, mas dizem não o ajuste fiscal e a política econômica. Dizem: ‘Isso era coisa do Levy, e não da Dilma’.” Se algum obtuso disse isso assim não foram estas organizações. A direção da CTB e da UNE, o PCdoB, ao contrário, lutou contra destacar Levy nos atos (na véspera não queriam nem ‘Fora Cunha’ para não desestabilizar Dilma, explicavam).

Para nós e outros setores, para milhões de brasileiros, Levy simbolizava a política econômica: derrubá-lo é um passo, só um passo, mas claramente na direção contrária ao que propõe PSDB/PMDB, por exemplo.

Pode-se visualizar pôr para fora o PT (a presidente ameaçada pelo impeachment), Temer (seu vice, ameaçado em processo no TSE), assim como Cunha (presidente da Câmara com processo de destituição na Comissão de Ética). Mas “por para fora Aécio”... quer dizer o que mesmo?

Não é um apoio envergonhado ao impeachment de Dilma?

O que de melhor Aécio poderia esperar do PSTU, senão esta aliança tácita?

## Destruição do Museu da Língua Portuguesa

### Produto de cortes e privatização, incêndio em SP não tem nada de acidente

Um dos museus mais visitados do Brasil, foi consumido pelas chamas em 22 de dezembro. O Museu da Língua Portuguesa, instalado no histórico prédio da Estação da Luz, já vinha sofrendo as consequências da privatização de sua gestão, entregue a uma Organização Social (OS) em 2012, e da política de ajuste promovida pelo governo de SP em 2015, no quadro do ajuste fiscal do governo federal, que cortou linearmente todos os contratos em 10% em todas as áreas da administração pública. A manutenção e a segurança foram deixadas de lado pelos “gestores privados”, abrindo o caminho para a tragédia que custou a vida de um bombeiro e a devastação do museu.

O ocorrido no Museu da Língua Portuguesa não é fato isolado.

A Orquestra Sinfônica de São Paulo, também gerida por uma OS, em 2015 teve um corte de 30% de seu financiamento e 10% de seus funcionários.

Outras instituições sofrem duramente com os cortes. Equipamentos de Cultura e Ciência na cidade, vítimas da contenção de despesas estão fechados. O Museu Paulista da USP, Museu do Ipiranga, fechado em 2013, sob risco de desabamento, tem previsão para reabertura em 2022!

Recuperar os equipamentos para a gestão direta do Estado, tirando da mão das OSs, e destinar as verbas necessárias para sua manutenção permanente é a condição para preservação do patrimônio cultural.

Alexandre Linares

## PLC77 privatiza a pesquisa pública

### “Uma ameaça sem precedente” projeto é sancionado por Dilma

No último dia 1, a presidente Dilma sancionou o Projeto de Lei 77/2015, aprovado no Congresso, que representa “uma ameaça sem precedentes às instituições públicas de ensino superior e de pesquisa no Brasil”, segunda carta enviada a Dilma, em 21 de dezembro, por entidades sindicais de docentes, alunos e funcionários de universidades e instituições de pesquisa, pedindo que vetasse, integralmente, o projeto. A carta explica: O PLC 77/2015 propõe mudanças no ‘Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação’ e em outras legislações para o setor e estabelece diretrizes completamente privatizantes às entidades públicas de pesquisa, com repercussões diretas nas

universidades e centros de pesquisa públicos. Se aprovado o projeto, a área pública de pesquisa no Brasil será virtualmente ‘sequestrada’ por interesses privados e vultosos recursos destinados pelo Estado serão apropriados por interesses particulares”.

O PL propõe a criação de Institutos Científico-Tecnológicos (ICTs) com o estatuto jurídico de Organização Social (OS), para o desenvolvimento de atividades de pesquisa no Brasil. Como consequência, vai haver “aumento da sangria do fundo público para empresas privadas e a substituição de instituições públicas (estatais) de pesquisa por OS, apontando para drástica diminuição de concursos públicos para as carreiras de professores universitários e pesquisadores”.

# Crise nos estados em função do ajuste fiscal

## Serviços e servidores públicos são alvo de ataques

Um verdadeiro colapso eclode em vários estados do país, como consequência do ajuste fiscal. Atraso, ou mesmo não pagamento de salários, e grave comprometimento dos serviços públicos, como mostra a situação reportada nessa página, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

### Rio Grande do Sul Sartori aprova Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

O ano de 2015 começou e terminou com o governo de José Sartori (PMDB) atacando os serviços e os servidores públicos. Já no início do ano governador, alegando falta de recursos, suspendeu contratações, concursos públicos, atrasou repasses para prefeituras e hospitais fechando centenas de leitos em todo estado, colocando a saúde pública à beira do colapso.

Em setembro Sartori aprovou a elevação da alíquota básica do ICMS

de 17% para 18%, dos combustíveis e telefonia de 25% para 30%. Além da reforma da previdência dos novos servidores, que acaba com a paridade e a integralidade.

Contra essas medidas, o Movimento Unificado dos Servidores, com a participação da CUT/RS, levou, em 18 de agosto, mais de 50 mil trabalhadores às ruas, em Porto Alegre, condenando as medidas de ajuste fiscal e apontando a necessidade da renegociação da dívida do Estado, o combate à sonegação e a revisão das isenções fiscais.

Os salários foram atrasados e a União bloqueou diversas vezes as contas do estado pelo não pagamento da dívida que consome cerca de R\$ 300 milhões por mês.

Para driblar a resistência dos servidores, às vésperas da virada do ano (28/12), Sartori convocou a Assembleia Legislativa em caráter extraordinário, e aprovou mais um pacote de medidas do chamado ajuste fiscal, entre eles o PL 206.

Este projeto cria a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (LRFE) e aprofunda ainda mais a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) federal, aprovada à época do governo FHC, para atender a exigências do FMI de preservar o pagamento da dívida, em detrimento dos gastos com pessoal e custeio dos serviços públicos.

Esta nova lei limita o crescimento da folha dos servidores, impede o parcelamento de reajuste salarial para além do mandato, e prevê a exoneração de servidores para a ma-

nutenção do "equilíbrio das contas". Para adequar a realidade do estado a essa lei já seria necessária a demissão de 15 mil servidores.

Para defender os serviços públicos e as reivindicações dos servidores, é preciso organizar a luta, em unidade de toda a categoria, pela revogação do PL 206, que aprofunda no estado as já dramáticas consequências do ajuste fiscal.

Marcelo Carlini

## Rio de Janeiro

### Caos na saúde e educação



Situação dramática para o povo nos hospitais do Rio

## Minas Gerais

### Ajuste impacta a vida do funcionalismo em Minas Gerais

O governo Pimentel (PT) desde dezembro de 2015 tem dificuldade para pagar o funcionalismo até o 5º dia útil. Pela segunda vez atrasou o pagamento dos salários de todo o funcionalismo público e diz que essa situação pode ocorrer pelo menos até março. Em declarações à imprensa o secretário do Planejamento, Helvécio Magalhães, diz que a situação é grave, pois o governo trabalha com um déficit orçamentário em 2016 de R\$ 8,9 bilhões, fruto da diminuição da arrecadação com os royalties do minério, com a redução no repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), além da diminuição da arrecadação com o ICMS.

#### Os sindicatos reagem

A reação dos sindicatos do funcionalismo foi imediata. Nota pública, com a assinatura dos principais sindicatos, cobra o compromisso do governo Pimentel que desde a campanha eleitoral trabalha com o lema de "ouvir para governar". O funcionalismo foi comunicado do atraso através de nota, dias antes da data que deveria ocorrer o pagamento. Eles cobram medidas do governo e destacam a necessidade de acabar com as desonerações e as isenções

fiscais, praticadas durante os 12 anos do governo do PSDB.

O problema do atraso de pagamentos também ocorre em várias prefeituras. Em Ipatinga e Timóteo, região do Vale do Aço, o ano começou com mobilizações e greves de servidores que estão com atrasos de pagamentos, inclusive do 13º salário.

#### A greve da CEMIG

O governo Pimentel também enfrenta uma greve dos trabalhadores da CEMIG, empresa estatal de eletricidade, que já dura 49 dias. Uma categoria com um grande número de trabalhadores terceirizados, sem treinamento adequado e que gera um alto índice de acidentes de trabalho, com uma média de um acidente fatal a cada 45 dias.

Além disso, o governo quer mudar as regras na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e do Plano de Cargos e Remuneração (PCR), uma das principais reivindicações que culminou com a greve decretada em 25 de novembro, que agora sofre a ameaça do desconto dos dias parados. O governo não negocia e pressiona pelo fim da greve com ações de repressão.

Sumara Ribeiro

A situação no estado do Rio de Janeiro é alarmante. Por falta de recursos, a saúde e a educação estão em situação de caos. Falta recursos para o serviço público, mas, só em 2015, 8,5 bilhões do orçamento do estado foram destinados a pagar os juros da dívida, alimentando os bolsos dos banqueiros em detrimento da saúde e da educação - além da política de desinvestimento na Petrobrás (principal fonte de recursos do estado), e as desonerações e isenções fiscais (IPI, ICMS). A manutenção do superávit fiscal que sangra os recursos dos estados e municípios não é contestada pelo Governador Pezão (PMDB), que só propõe negociar o valor, mas manter o compromisso com os "agiotas".

A situação dos trabalhadores na saúde e educação é dramática: atraso e parcelamento nos salários recebidos em dezembro, 13º recebido por empréstimo bancário (no final de 2015, se formaram filas enormes nos bancos para conseguir empréstimo, e muitos não conseguiram receber ainda o 13º).

As condições de trabalho para os profissionais da saúde pioram ainda mais pela falta de remédios e materiais hospitalares. Para a população

que depende dos serviços do estado a situação ainda é pior: hospitais sem limpeza, (os terceirizados não foram pagos e os serviços foram suspensos). O atendimento nos hospitais e unidades de saúde é precário: a população vai de hospital em hospital e não consegue ser atendida.

Diante dessa situação, na qual o governo não garante o pagamento do salário em fevereiro, uma greve geral do funcionalismo, incluindo os professores, pode paralisar as escolas já no início do ano letivo.

Aumentam as manifestações de servidores contra a política do governo de privatização, disfarçada de municipalização, da saúde no estado. Aproveitando a crise, o governo entrega para as famigeradas Organizações Sociais (OSs) os equipamentos públicos da saúde no estado.

No dia 11 de janeiro, os servidores do Hospital Estadual Rocha fizeram um protesto contra a entrega do hospital para administração de uma Organização Social, que coloca em risco a permanência dos funcionários concursados, piorando ainda mais o atendimento.

Lili Souza Silva

# “O PT se lambuzou”?

“A saída”, para Jaques Wagner, é “um governo de unidade nacional”

O ministro chefe da Casa Civil da presidência, Jaques Wagner, abriu o ano na Folha de S. Paulo (03/01/16) acusando: “reproduzindo metodologias antigas, o PT se lambuzou”. O ex-ministro de Lula e ex-governador reeleito da Bahia sabe o que está falando.

Rochinha, dirigente da maior corrente do PT, o CNB, reagiu que “o PT não se lambuzou, está pagando o preço de não ter aprovado uma reforma política” (como Wagner também diz), mas ressalva que “os erros do PT são de caráter exclusivamente individual ou de grupos, nunca do partido como instituição” - ora, mas não foram quaisquer indivíduos, tampouco todos os grupos, não é mesmo Rochinha ?!

Jaques Wagner perguntado sobre “qual a saída”, revelou o objetivo da sua autocrítica: “estamos abertos para fazer um governo de unidade nacional, então quero propor dois temas: a reforma política e a da Previdência”.

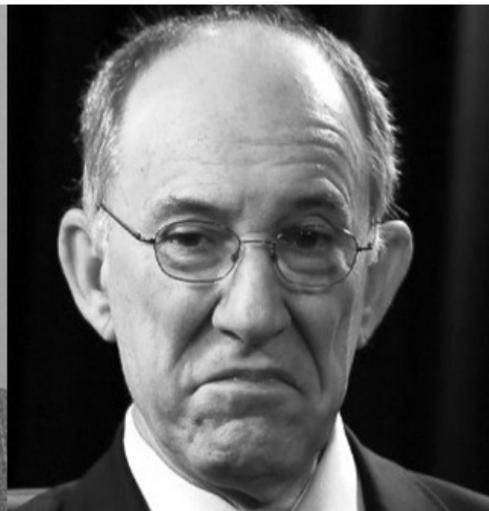
As reações esqueceram este ponto vital. Talvez porque à oposição do impeachment não interesse a “unidade nacional” agora, ou a reforma política. Mas interessa muito a reforma da Previdência, anunciada na posse do novo ministro da Fazenda, Barbosa, que Dilma dias depois confirmou ao propor a “elevação da idade mínima”.

Mas é impossível a CUT e os sindicatos, mesmo o PT como tal, aceitarem a “unidade nacional” com o PSDB ou até a “ponte” com o PMDB, para atacar os direitos dos trabalhadores. Seria o desastre final!

Dias antes, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, pedira ao partido “uma reavaliação, um exame de consciência. O meu temor é que se elejam dentro do partido exatamente os que tem esses



Jacques Wagner, Rui Falcão e Patrus Ananias



outros canais” (O Globo, 02/01/16). Lembrando que o PT perdeu a oportunidade no congresso de junho de dizer “não recebemos mais, não fez isso, e depois veio uma lei proibindo”, Patrus deduz que “aí o cidadão acha que é ruim mesmo e começa a votar em branco, nulo”. Não deixa de ter certa razão.

Mas a crítica de Patrus para aí. Perguntado se Barbosa continuar o ajuste de Levy não pode frustrar os movimentos, respondeu como ministro que é, “as declarações do ministro Barbosa me parecem muito corretas”!

## Política e economia

Ora, a esta altura, está claro que o principal fator da perda de apoio do PT é a política econômica, o eixo do governo, cuja “base aliada” - de Collor a Temer e outros - é o que é e só se sustenta, com suas ramificações no partido (Delcídio!), com muito dinheiro para a máquina eleitoral.

É preciso mudar essa política econômica para reatar com a base social através de reformas populares, e dispensar a corrupção eleitoral que pega todos os partidos institucionais,

todos adeptos das contra-reformas pró-mercado: eis o xis da questão da sobrevivência do PT.

O presidente do PT, Rui Falcão, nos seus votos para 2016 (28/12/2015), tinha pedido “ousadia” para recuperar a “confiança perdida após a frustração dos primeiros atos de governo. Chega de altas de juros e de cortes. Nas propostas da Fundação Perseu Abramo, nos projetos da nossa Bancada, da Frente Brasil Popular, da CUT, do MST, entre outras, há subsídios à vontade para serem adotados. É hora de apresentar propostas capazes de retomar o crescimento, de garantir o emprego, preservar a renda e os salários, controlar a inflação, investir, assegurar os direitos duramente conquistados pelo povo”.

Simpático, sem dúvida. Falta precisar medidas concretas a exigir do governo para reverter o ajuste fiscal que continua. Como a incontornável derrubada da taxa de juros (parar de subir não basta), a centralização no câmbio (ou continuará o terror das “agências de risco” e especuladores) e, ainda, o fim do superávit fiscal primário (para que o Orçamentos vá

para os serviços públicos). Algumas dessas medidas integram propostas das entidades citadas.

“O governo desgastou o partido” - até quando?

É bom ser realista. Dilma, a julgar inclusive por seus qualificados ministros, não parece inclinada a avançar neste rumo. O PT precisa considerar todas as hipóteses.

O presidente do PT paulista, na polémica com os ministros, reconheceu que “o PT cometeu erros”, e citou “sustentar o governo quando ele se distanciou da sua base social e do seu programa também desgastou o partido”. Muito certo. Mas até quando?

Tem razão a CUT de propor às entidades populares uma grande manifestação em março em Brasília pela mudança da política econômica e em defesa dos direitos, o PT deve apoiar com tudo.

Chega de cena - cabe ao partido de exigir e mostrar claramente à presidente a consequência de não ouvir nossa base.

Markus Sokol

## Dois pesos e duas medidas!

Tratamento dado a Vaccari não é o mesmo que o de Eduardo Cunha

Numa entrevista publicada na página web da CUT em 5 de janeiro, sobre os desafios colocados para 2016, seu presidente Vagner Freitas abordou a chamada “judicialização da política”, ao afirmar:

“O processo de sensacionalismo e de espetacularização da Justiça, que conta com promoção da mídia, tem que acabar. Exemplo disso está no tratamento dado à família Vaccari e à família Cunha.

Porque o tratamento é diferente? A cunhada do Vaccari chegou a ser presa injustamente, acusada sem provas, confundida com esposa de Vaccari, que também não há provas

de qualquer ato ilícito. O caso foi amplamente divulgado na mídia, como um espetáculo. Já a mulher de Cunha, acusada e com provas contra ela, nada foi mostrado. Há evidente diferença de tratamento.

O poder Judiciário precisa entender que ele não pode ser partidariado e que ele é fundamental para a democracia”.

O tratamento desigual e partidariado é evidente nessa ofensiva via judiciário expressa na Operação Lava Jato.

## Liberdade para Vaccari!

No Encontro Nacional de Sindi-

calistas do PT, realizado em 27 de novembro passado no auditório do Sindicato dos Químicos de São Paulo, alimentada pela intervenção de Luiz Eduardo Greenhalgh sobre a Lava Jato, que disse “não houve direito de defesa, Vaccari foi condenado a 15 anos de prisão com base em delações premiadas, sem que os delatores provassem nada”, uma moção rodou o plenário e recolheu 214 adesões.

A moção, encabeçada por dirigentes como Juvândia Moreira (presidente do Sindicato dos Bancários SP), Jacy Afonso (ex-executiva da CUT, bancário do DF) e Julio Turra

(executiva da CUT), propunha a articulação de uma campanha nacional “Liberdade para Vaccari” neste ano de 2016. Ela argumenta que:

“O companheiro foi condenado, sem provas, a 15 anos de prisão, simplesmente pelo fato de ser tesoureiro do PT, o que é um ataque ao conjunto de nosso partido. Ao defender Vaccari, estamos defendendo todos os companheiros petistas vítimas de ataques de um poder Judiciário que paira acima de qualquer controle democrático e se arroga o direito de criminalizar a ação política”.

# COP-21: consenso global e oportunidade de negócios

A decomposição do capitalismo continuará agravando as ameaças ambientais

No fim do ano passado realizou-se, em Paris (França), mais uma conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (MOP-11).

Esses eventos promovidos pela ONU, sob as ordens das potências imperialistas e das grandes corporações capitalistas, são vestidos com as cores da ecologia, ciência criada no fim do século XIX, com um objeto claramente definido, o metabolismo entre o homem e a natureza. Porém, por baixo dessa roupagem ecológica tais eventos promovem o que se pode chamar de “ecologismo”, uma manipulação ideológica da ecologia.

## Tentativa de cooptação dos trabalhadores

Nesta etapa da história, a retórica baseada nos riscos das mudanças climáticas e do aquecimento global vem servindo, sobretudo, para dar uma base politicamente justificável para atacar serviços públicos e direitos trabalhistas além da abertura de novas oportunidades para os investimentos, principalmente de tipo especulativo, e, não menos importante, para criar um novo quadro de colaboração de classes, em fóruns corporativistas que visam a realizar a coabitação entre as organizações dos trabalhadores e as instituições do grande capital sob a ideia de que “a Terra é nosso lar comum”.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, comemorou o Acordo de Paris. “Pela primeira vez, cada país do mundo se compromete a reduzir as emissões [de gases de efeito estufa], fortalecer a resiliência e se unir em uma causa comum para combater a mudança do clima”. E, entretanto, de que se trata?

Com efeito, a ordem do dia da COP-21 buscava “alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. A UNFCCC foi adotada durante a Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, em 1992, e entrou em vigor no dia 21 de março de 1994. Ela foi ratificada por 196 Estados, que constituem as ‘Partes’ para a Convenção”, conforme o site da ONU em português.



COP21, reunida em Paris em dezembro de 2015

## Linhas de crédito e... mais dívida

Como se vê, detrás da “Terra, nosso lar comum”, desaparecem as contradições de classe e os interesses conflitantes entre as potências imperialistas e a grande maioria das nações que são oprimidas por elas.

Assim, a COP-21 decidiu, entre outras coisas, “no que diz respeito ao financiamento climático, que os países desenvolvidos deverão investir 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento”. Ou seja, seriam criadas novas linhas de crédito pelos quais a banca internacional (os “países desenvolvidos”) poderá onerar ainda mais os países dominados, sob a desculpa de adaptar sua infraestrutura e seu aparato produtivo à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Engendra-se aí um novo aperto na subordinação dos países semi-coloniais (“países em desenvolvimento”) ao capital internacional.

A aplicação dos preceitos dessa “convenção-quadro” será, conforme o texto final, fiscalizada por mecanismos supranacionais, sob os auspícios da ONU, como é lógico num quadro de aprofundamento da subordinação dos Estados nacionais a este novo

arranjo corporativista internacional. Trata-se de uma nova pressão contra a soberania nacional.

## O mercado de carbono

Por fim, como parte dos “esforços para reduzir as emissões de carbono”, foi aprofundada a regulamentação do chamado mercado de carbono, que floresceu na onda do ecologismo. Nele, empresas consideradas poluidoras (emitem gases efeito estufa), geralmente dos países altamente industrializados, compram o direito de continuar poluindo de países ou empresas que estão abaixo das metas do Protocolo de Quioto.

Com o acordo da COP21, as grandes empresas desse setor ganham um marco legal internacional para estender suas atividades, avançando novo tipo de especulação financeira e estabelecendo mecanismos de gerência de subsídios financeiros que visam a manietar, um pouco mais, os “países-alvos” à dívida pública externa.

Os gigantes do mercado financeiro já esfregam as mãos diante da possibilidade de explorar o mercado de carbono, abrindo novas oportunidades de especulação, sem falar na indústria de seguros que torce ansiosamente pela “catástrofe climática”.

## Encarecer a energia elétrica?

Um bom exemplo do que realmente se passa é a ofensiva em curso em diversos países, em particular na França, que pretende apresentar o uso da energia elétrica como um “luxo” que deveria ser substituído por energias “verdes”, mais caras e cujas empresas privadas deveriam receber subsídios estatais. Acontece que na França a energia elétrica é abundante, de qualidade e de baixo custo graças à lei de nacionalização de 1946 e ao planejamento estruturado ao redor das estatais de eletricidade (EDF) e gás (GDF).

Desde 1996, iniciou-se um movimento, cadenciado mas constante, de violação do caráter estatal da produção e distribuição de eletricidade, por exigência de protocolos da União Europeia. No governo de Jacques Chirac, em 2003, 10% do sistema de represas foi privatizado. Sob Sarkozy foi editada a lei da “Nova organização do mercado de eletricidade”, transformada hoje na Lei de Transição Energética, sempre para avançar na privatização da EDF e GDF.

## As guerras e o ecologismo

De outro lado, chama a atenção que, pouco antes da COP-21, o ministro da Defesa da França, Jean-Yves Le Drian, tenha convidado uma série de diferentes Ministros da Defesa para uma conferência intitulada “Clima e defesa”. A lógica da conferência não era, como se poderia imaginar, discutir os efeitos da guerra sobre o clima. Ao contrário, o ministro “ecologista” pretendia debater a responsabilidade da mudança climática no desencadeamento das guerras, afastando a responsabilidade por elas das potências imperialistas e dos interesses do grande capital, transferindo-a para esse ente indeterminado que estaria relacionado ao “nosso lar comum”. Aí está, justamente, a armadilha que pretende capturar as organizações dos trabalhadores e liga-las às determinações das instituições do capital.

As prescrições da Carta de Paris poderão “salvar o clima”? Duvidamos! O que é certo, contudo, é que tentam salvar o capitalismo!

Eudes Baima

# Mais guerras ameaçam o Oriente Médio

A defesa dos direitos dos povos exige o fim imediato dos bombardeios e das ocupações militares

Ao lado de Israel, a Arábia Saudita é um dos principais aliados dos EUA no Oriente Médio, realizando inclusive parte do serviço sujo que consiste em fazer chegar financiamento e sustentação a grupos armados que intervêm ora num país, ora noutro, de acordo com as conveniências do momento para, em seguida, transformarem-se em “inimigos públicos nº 1” como é o caso, agora, do chamado Estado Islâmico.

A consequência dessas guerras é a desagregação dos países resultando num inédito êxodo de milhões de refugiados em direção à Europa.

Diante do desmoronamento geral provocado por sua própria política, os EUA decidiram mudar a relação com o Irã, outrora considerado parte do “eixo do mal”. Ao mesmo tempo, a Rússia iniciou

bombardeios sobre a Síria, pretextando, como os EUA, “combater o EI”.

No dia seguinte aos terríveis atentados de 13 de novembro, em Paris, a França decretou Estado de Emergência em seu território e intensificou seus bombardeios na Síria.

Nessa caótica situação, um avião russo foi abatido pela Turquia. Em seguida, a Arábia Saudita executou um religioso xiita que se opunha ao governo, provocando incidentes que levaram à ruptura, em 3 de janeiro, das relações diplomáticas com o Irã. Diante de uma alarmada diplomacia estadunidense, os dois países estão à beira do conflito militar.

Na França, exigindo o fim do Estado de Emergência e dos bombardeios de seu país sobre a Síria,

diversas federações sindicais de Paris divulgaram um comunicado afirmando:

“Profundamente apegados aos valores da emancipação humana manifestamos nosso apoio aos povos que, quotidianamente, vivem sob o jugo de todas as ditaduras, em particular a do EI. Esses povos devem poder viver livres e se emancipar da opressão que estão sofrendo.

Profundamente apegados aos valores da paz, nós nos opomos a todas as guerras conduzidas hoje no mundo e nos opomos àqueles que as alimentam.

Tudo deve ser feito para restabelecer a paz no Oriente Médio e o retorno a seus lares das populações refugiadas afim de que todos possam viver em paz em todo o mundo.”

## Trabalhadores Árabes em Israel

Sindicato denuncia invasão e destruição na sua sede



Em dezembro de 2015, a sede do Sindicatos dos Trabalhadores Árabes, em Nazaré, sofreu um ataque. Pessoas mascaradas quebraram as câmaras de segurança e invadiram o local quebrando móveis, computadores, comprometendo a rede telefônica e de internet.

Numa primeira estimativa, o custo total dos danos causados é de cerca de 7000 dólares.

O Sindicato publicou uma declaração na qual acusa as empresas de call center, que vem ameaçando a entidade, como represália à luta que o sindicato tem desenvolvido em favor dos trabalhadores dessas empresas. Luta que logrou, recentemente, a readmissão de 16 trabalhadores.

A declaração do Sindicato afirma: “a ameaça terrorista não nos impedirá de seguir lutando pelos direitos da classe operária palestina. Apesar do prejuízo e dos danos a sua sede, apesar das ameaças, o Sindicato mantém sua dura luta.”

Um campanha internacional em apoio, político e financeiro, à luta do Sindicato dos Trabalhadores Árabes está em curso. Após os atentados à sua sede, o Sindicato renova o pedido de apoio para seguir se construindo e lutando em defesa dos direitos dos trabalhadores árabes que trabalho dentro de Israel.

### FRANÇA: TRABALHADORES ENFRENTAM ESTADO DE EMERGÊNCIA

Em plena vigência do Estado de Emergência as federações de servidores públicos da França, filiadas às centrais Central Geral dos Trabalhadores, Força Operária e Solidários, convocaram uma greve para o dia 26 de janeiro.

O objetivo é derrotar as contrarreformas da educação e saúde, entre outras, e exigir verdadeiras negociações para aumento de salários, além da contratação de novos funcionários.

Politicamente, trata-se de um ato de ruptura com as tentativas de “união nacional” feitas pelo governo Hollande que, a pretexto de “combater o terrorismo”, usa o Estado de Emergência para tentar paralisar os trabalhadores e suas organizações e impor a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos.

## Ocupação estrangeira provoca impasse no Haiti

Manobras para impor eleições fraudulentas levam ao vazio institucional

Desde que, em 1804, os escravos haitianos arrancaram sua independência da França e constituíram a primeira república negra do mundo, o Haiti jamais foi aceito como país soberano. Ao longo de toda sua história, sofreu numerosas ingerências e intervenções militares, sobretudo dos EUA.

Hoje o país está ocupado ilegalmente pela Minustah, missão da ONU constituída em 2004 e dirigida pelo Brasil.

Apoiando-se na Minustah, são os EUA, por meio de eleições-seleções, que definem os governantes do Haiti visando a preservar seus interesses.

Tal situação levou ao esvaziamento e destruição das instituições do país. Nenhuma força política haitiana digna desse nome reconhece o resultado

das eleições legislativas de 9 de agosto e 25 de outubro, cujos parlamentares “selecionados” deveriam tomar posse em 11 de janeiro. Como estavam previstas grandes manifestações de massa para impedir a posse, ela foi antecipada para o domingo, 10 de janeiro, contrariando a constituição do país.

Já o mandato do atual presidente, Martelly, se encerra em 7 de fevereiro sem que ainda tenha sido “selecionado” Jovenel Moise, o escolhido dos EUA, num segundo turno das presidenciais. Ele deveria ter ocorrido em 27 de dezembro, “concorrendo” Jovenel com Jude Célestin, mas foi suspenso em virtude das mobilizações contra a fraude chamadas, entre outros, pelos candidatos e partidos mais votados, o próprio Jude Célestin

(LAPEH), Moise Jean-Charles (Plataforma Pitit Dessalines) e Maryse Narcise (Fanmi Lavalas).

Nos primeiros dias de 2016, sob pressão de Thomas Shannon, Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, enviado direto, o segundo turno foi anunciado para 17 de janeiro, data depois alterada para 24 de janeiro. Foram desprezados até mesmo os resultados de uma Comissão de Inquérito “Independente”, nomeada pelo próprio Martelly para dar um verniz de legitimidade às eleições.

É assim que a ingerência dos EUA provoca um total impasse institucional, ameaçando agravar ainda mais a já crítica situação do país.

Correspondente

### APOIO À LUTA DO POVO HAITIANO

Uma carta lançada pela Associação dos Trabalhadores e Povos do Caribe, se posiciona contrária a “qualquer repressão às liberdades de expressão e ataque aos direitos humanos”, no Haiti e se declara solidária à luta do povo haitiano. A carta ganha adesão em vários países. No Brasil, entre as adesões estão: Cássia, Secretária de Relações Internacionais do MST, Vereadora Cardoso (PT/SP), Vereador Paulo Fiorilo, Presidente do PT de São Paulo, Gegê, Luis Gonzaga, CMP Central de Movimentos Populares, Flavio Jorge, CONEN Coordenação Nacional de Entidades Negras e Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF-CUT)

# Venezuela, a confrontação inevitável

Entrevista com Alberto Salcedo, do Coletivo Trabalho e Juventude

Ouvimos Alberto Salcedo, militante da 4ª Internacional e membro do Coletivo Trabalho e Juventude, agrupamento de sindicalistas, militantes políticos e jovens em Maracaibo (capital do Estado Zúlia), sobre a situação crítica que atravessa a Venezuela após as eleições para a Assembleia Nacional de 6 de dezembro.

No fechamento desta edição a Assembleia estava paralisada por um conflito entre sua maioria opositora, que deu posse a três deputados da MUD (bloco de oposição) contra a decisão do Tribunal Supremo (TSJ) de invalidar quatro dos 167 parlamentares eleitos (três da MUD e um do chavismo).



Alberto Salcedo

## O Trabalho – Qual é a situação no país com a posse da nova Assembleia?

**Alberto Salcedo** – É extremamente complexa. De um lado há a necessidade de defender as conquistas sociais obtidas nesses anos, contra a investida do capital e a recomposição da direita, o que passa por uma frente única com o governo Maduro, que subscreve formalmente a manutenção dessas conquistas, apesar da profunda crise econômica. Por outro, temos que lutar contra uma burocracia estatal corrupta e ineficaz, um

setor antagônico aos interesses dos trabalhadores que obstruí as conquistas e engrena-se com a burguesia agente do imperialismo.

A partir de 5 de janeiro entramos num ponto de inflexão, com a posse da Assembleia de maioria da direita que segue ao pé da letra o que diz a Embaixada dos EUA, cujo encarregado de negócios, Lee Mc Leny, veio “prestigar” a sua instalação. A direita vai usar sua maioria em favor de uma agenda de restauração: lei de anistia para criminosos, medidas econômicas pró-mercado, que incluem a revisão da lei de “Preços Justos” e a Lott (Lei Orgânica do Trabalho) que estipula, dentre outras garantias, a estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo a sua estratégia é aprofundar o “desabastecimento”, gerando ingovernabilidade, para convocar um referendo revogatório a partir de 19 de abril, como admite a Constituição. Uma confrontação inevitável vem aí, aquecida pelo desacato à decisão do TSJ no caso dos três deputados da MUD.

## OT – Como reage o governo Maduro?

**AS** – O presidente adotou reformas na Lei de Imposto de Renda, que vai na linha de peitar os ricos, e no regime cambial, através de um decreto de emergência econômica que será enviado à Assembleia Nacional para sanção. Em 6 de janeiro, ele anunciou um novo gabinete, combinando novos com antigos ministros e vice-presidentes (há vários, nomeados pelo presidente).

Luís Salas, novo vice-presidente econômico, é alvo de campanha da direita que o tacha de “radical” por sua postura contrária à visão monetarista de combate à inflação.



Conflitos já na posse da nova Assembleia Nacional

Ele vai se chocar com a própria equipe que deveria coordenar, com ministros como Medina Rios (Bancos e Finanças) e o presidente do Banco Central, Nelson Merentes, alinhados com a banca internacional.

## OT – Nesta difícil situação, o que fazer?

**AS** – É vital entender que o avanço da direita na América Latina expressa a necessidade do imperialismo dos EUA de retomar terreno e avançar na política de desagregação das nações, visando apagar as conquistas dos povos, o que passa por eliminar governos que apoiem qualquer política social contrária aos seus ditados.

Estamos num momento histórico em que é preciso a unidade das forças populares e da classe trabalhadora contra a burguesia e o imperialismo, mas também contra aqueles que dentro do governo buscam um pacto com os inimigos do povo trabalhador.

Somente a mobilização unitária

e autônoma, com uma agenda própria e dirigindo-se a setores do governo e a Maduro, pode resistir à brutal ofensiva do capital. Estamos a favor de uma grande frente única das organizações do povo trabalhador, baseada na defesa e cumprimento das conquistas sociais e políticas, na defesa e aplicação da Lott (proibição da terceirização, por exemplo), que proponha a repatriação de capitais, a nacionalização dos bancos e controle das importações, a intervenção nas cadeias de produção e distribuição de alimentos e remédios, combater a burocracia mafiosa alojada nos vários níveis de governo e, nesse quadro, defender o mandato democrático de Maduro contra os ataques da direita.

Para construir essa frente, propomos um encontro nacional da classe trabalhadora, o qual a CSBT (central sindical chavista) deveria assumir, com a participação de outras organizações sindicais, coletivos, organizações camponesas, de moradores e de jovens.

## NOTA DO BRASIL É MUNIÇÃO PARA A DIREITA VENEZUELANA

Em 5 de janeiro, uma nota do governo brasileiro endereçada a Caracas afirmou: “Não há lugar, na América do Sul do século 21, para soluções políticas fora da institucionalidade e do mais absoluto respeito à democracia e ao Estado de Direito”.

Ela foi comemorada em editoriais de grande jornais, como o Estadão, e por jornalistas como Clóvis Rossi (FSP, 05/01) como um “basta ao bolivarianismo”. A nota ainda afirma que (o governo brasileiro) “confia que serão preservadas e respeitadas as atribuições e prerrogativas constitucionais da nova Assembleia Nacional venezuelana e de seus membros, eleitos naquele pleito”.

Ocorre que o Tribunal Supremo de Justiça suspendeu a posse de quatro deputados, três do bloco opositor MUD e um do Polo Patriótico (chavista), acatando recurso do PSUV, por compra de votos no Estado Amazonas. O presidente da Assembleia, Ramos Allup, deu posse aos três da MUD, ignorando a decisão judicial. Quem está agredindo a “institucionalidade”?

A nota do governo Dilma acaba dando munição à direita pró-imperialista na Venezuela. Mais um tiro em seu próprio pé!

## Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232